

Realização



CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAUCU/GO Procurador do Município

Instruções Gerais

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um **caderno de Questões**, contendo 60 questões de múltipla escolha e um parecer.
 - Um **cartão de Respostas**.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- A Prova terá tempo de duração de **05 (cinco)** horas corridas. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Este tempo inclui a marcação do Cartão de Respostas.
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas devidamente assinados.
- O Candidato, poderá retirar-se do local de Provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início das Provas podendo anotar suas opções de respostas no canhoto que será entregue durante a prova. O Candidato **não** poderá retirar-se do local de realização das Provas escritas levando o Caderno de Provas.
- Os **03 (três)** últimos Candidatos de cada sala, só poderão ser liberados juntos.
- O gabarito e a prova serão divulgados em 24 horas, no site do Instituto Cidades: www.institutocidades.org.br. Não haverá consulta de gabarito e resultado por telefone.
- Leia atentamente cada questão e assinale no Cartão de Respostas a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O Cartão de Respostas **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no Cartão de Respostas é cobrindo fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

	A	B	C	D	E
01	●	○	○	○	○
02	○	●	○	○	○
03	○	○	●	○	○
04	○	○	○	●	○
05	○	○	○	○	●

BOA PROVA !

- **Atenção:** Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas** pela leitora ótica.

Nome: _____

Número de Inscrição: _____



CONHECIMENTOS BÁSICOS

➤ **Língua Portuguesa**

Texto

O Padeiro

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento — mas não encontro o pão costumeiro. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a "greve do pão dormido". De resto não é bem uma greve, é um lock-out, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o quê do governo.

Está bem. Tomo o meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E enquanto tomo café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

— Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo?

"Então você não é ninguém?"

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: "não é ninguém, não senhora, é o padeiro". Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina - e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; "não é ninguém, é o padeiro!"

E assobiava pelas escadas.

Rubem Braga

01. Tendo em vista o gênero e a tipologia textuais, analise os itens:

- I. O exclusivismo dos elementos descritivos e narrativos faz do texto um exemplo muito próximo do conto, uma vez que também está isento da impressão do autor sobre o que abordado, pois o objetivo maior é o fato contado.
- II. Escrito em primeira pessoa, enfocando um fato do cotidiano ocorrido com o autor, o texto tem elementos claros que o revestem do estilo da crônica tais como: descrição ou narração de fato do dia a dia, ponto de vista do autor, linguagem simples e texto curto.
- III. O primeiro parágrafo do texto mescla elementos narrativos e informativos que vão dar embasamento para o resto do texto.

Podemos afirmar que:

- A) Estão corretos apenas II e III.
- B) Estão corretos apenas I e III.
- C) Estão corretos apenas I e II.
- D) Estão todos corretos.

02. Sobre a "greve dos patrões", o autor do texto:

- A) Apoia o movimento, mas lamenta por não ter pão fresco para o café da manhã.
- B) Relativiza a caracterização dessa greve, que suspendeu o trabalho no turno da noite.
- C) Critica a greve por ser dos patrões e por buscar subsídios para insumos do pão.
- D) Flexibiliza o conceito de greve porque esse movimento objetiva aumento no preço do pão.

03. Enquanto toma o café, o autor:

- A) Se refere ao padeiro que não fora naquele dia deixar o pão à sua porta.
- B) Comenta sobre o absurdo que é o movimento de suspensão do trabalho noturno.
- C) Fala do padeiro que conhecera, quando era criança, e que era uma pessoa simples.
- D) Se recorda de um modesto padeiro que conhecera em outros tempos.



04. Sobre as reações do autor do texto, analise os itens:

- I. A expressão “não sei bem o quê do governo” demonstra total alheamento do autor em relação ao caso da “greve dos patrões”.
- II. A frase “Está bem”, que inicia o segundo parágrafo, serve de recurso para encerrar o assunto da “greve” e para demonstrar a intenção do autor de continuar seu texto e sua história.
- III. Quando o autor afirma que pão dormido “não é tão ruim assim”, ele demonstra certa resignação com o fato de não comer pão fresco.

Podemos afirmar que:

- A) Estão corretos apenas I e II.
- B) Estão corretos apenas I e III.
- C) Estão corretos apenas II e III.
- D) Estão todos corretos.

05. Quando se comparou ao padeiro, o autor:

- A) Embora tenha se identificado com ele, o padeiro, percebeu que era vaidoso, diferentemente do padeiro.
- B) Não se identificou com o padeiro, pois este era um mero trabalhador braçal, enquanto ele, o autor, tinha um trabalho intelectual.
- C) Reconheceu-se humilde também, pois trabalhava à noite e tinha um trabalho semelhante ao do padeiro.
- D) Se julgou triste tal qual o padeiro, pois trabalhava à noite e exercia um ofício modesto cujo salário era baixo.

06. As vozes verbais passivas correspondentes a “ponho a chaleira” e “abro a porta”, são respectivamente:

- A) É posta e foi aberta.
- B) É posta e é aberta.
- C) Foi posta e foi aberta.
- D) Tinha posto e havia aberto.

07. Os termos destacados em: “Ele me contou isso sem mágoa nenhuma” funcionam respectivamente como:

- A) Objeto indireto, objeto direto e adjunto adverbial.
- B) Objeto direto, objeto indireto e adjunto adnominal.
- C) Objeto indireto, complemento nominal e adjunto adnominal.
- D) Objeto direto, adjunto adnominal e adjunto adverbial.

A passagem “eu quis detê-lo para (1) explicar que estava falando com um colega, ainda que (2) menos importante” servirá de base para as questões 08 e 09.

08. As expressões sublinhadas carregam ideia, respectivamente, de:

- A) Justificativa e causa.
- B) Explicação e condição.
- C) Direção e consequência.
- D) Finalidade e concessão.

09. As expressões sublinhadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- A) Por e outrossim.
- B) Até e posto que.
- C) A fim de e conquanto.
- D) Porque e portanto.

10. Sobre a passagem “lembrando de um homem modesto que conheci antigamente”, analise os itens:

- I. Tem duas orações, sendo uma adjetiva restritiva.
- II. A segunda oração é iniciada por um pronome relativo que tem como referente “homem”.
- III. Ocorre oração reduzida de gerúndio.

Podemos afirmar que:

- A) Estão corretos apenas I e II.
- B) Estão corretos apenas I e III.
- C) Estão corretos apenas II e III.
- D) Estão todos corretos.

➤ **Informática**

11. A **FIGURA 01** indica um componente do Microsoft Excel 2007 e com base nela, marque a alternativa com o nome desse item.



FIGURA 01 - Recorte do Microsoft Excel 2007

- A) Guias de planilha.
- B) Guias de pastas.
- C) Nova planilha.
- D) Nova pasta.

12. O Microsoft Excel 2007 permite exportar uma planilha para outros formatos de arquivos que não sejam do tipo Excel. Acerca disso, marque a alternativa que mostra um tipo de extensão no qual NÃO é exportando por ele.

- A) .xlsx
- B) .cdr
- C) xls
- D) .csv

13. Acerca da imagem abaixo, marque a alternativa com finalidade deste item.



Ícone do Microsoft Word 2007

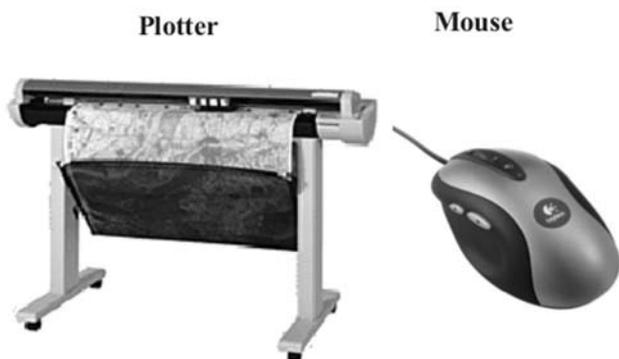
- A) Salvar.
- B) Novo.
- C) Dividir.
- D) Alternar janelas.



14. Os componentes elétricos e eletrônicos ligados à placa-mãe são fundamentais para o bom funcionamento de um computador. Das alternativas abaixo, marque aquela que NÃO compõe um item de uma placa-mãe de um computador.

- A) Memória RAM.
- B) Disco rígido externo.
- C) Slots.
- D) Memória cache.

15. Com base na imagem:



Marque a alternativa **verdadeira** acerca dos dispositivos acima.

- A) O Plotter é um dispositivo de entrada e o mouse é um dispositivo de saída.
- B) O Plotter é um dispositivo de saída e o mouse é um dispositivo de saída.
- C) O Plotter é um dispositivo de saída e o mouse é um dispositivo de entrada.
- D) O Plotter é um dispositivo de entrada e o mouse é um dispositivo de entrada.

16. A unidade central de processamento ou Processador é a unidade que executa as instruções, os cálculos e gerencia o fluxo de informações de um computador. Acerca dele, analise as seguintes afirmativas:

- I. Uma das principais funções do processador é ler e escrever informações na Memória.
- II. A unidade de Controle (UC) controla a entrada e saída de informações, executa operações e comandos e controla o funcionamento da Unidade Lógica e Aritmética (ULA).
- III. A Unidade Lógica e Aritmética (ULA) armazenam os dados que serão enviados para a Unidade de Controle (UC) e armazena também as informações geradas por ela.

Analisando as afirmativas acima, marque a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Apenas a afirmativa III está correta.

17. Das alternativas abaixo, marque aquela que NÃO representa um item do Botão Office do Microsoft Word 2007 na versão português e na configuração padrão.



- A) Novo
- B) Imprimir
- C) Substituir
- D) Sair

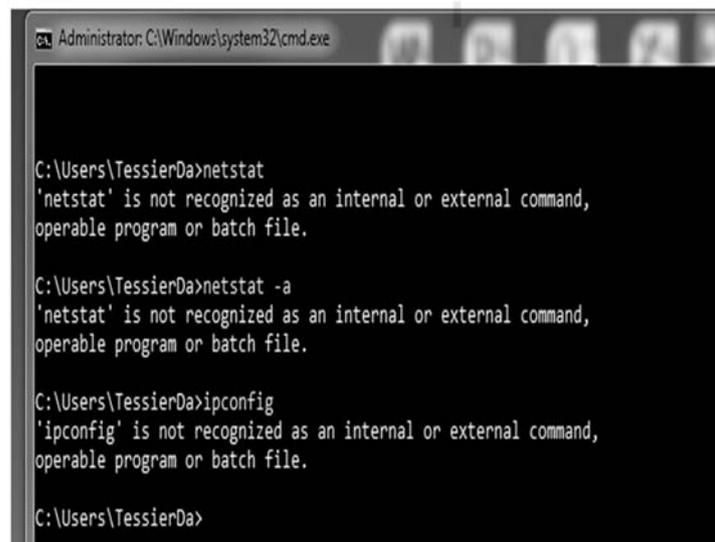
18. Com base nos conceitos de *Internet*, analise as seguintes afirmativas:

- I. **Servidor** é um computador ou um conjunto de computadores que fornece serviços a uma rede de computadores.
- II. **World Wide Web** é um arquivo geralmente em formato HTML que está disponível na Internet para acesso.
- III. **URL** (Universal Resource Locator) é o endereço de um documento ou pasta disponível na Internet para acesso.

Analisando as afirmativas acima, marque a alternativa **correta**.

- A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Apenas a afirmativa III está correta.

19. Com base na imagem abaixo:



Componente do Windows 7

Marque a alternativa que representa sua definição.

- A) Terminal
- B) Bloco de notas
- C) WordPad
- D) Paint



20. Considerando um correio eletrônico na língua portuguesa e que é visualizado pela Internet, ou seja, um webmail, assim como o *Gmail* da Google, marque a alternativa INCORRETA.

- A) A Entrada é a pasta onde o usuário recebe os e-mails.
- B) A Lixeira é a pasta que recebe os e-mails excluídos.
- C) Na pasta Enviados ficam armazenados os e-mails enviados aos destinatários.
- D) A pasta Rascunhos é onde ficam as mensagens enviadas aos clientes ocultos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Acerca da participação de particular na prática de ato de improbidade administrativa, assinale a opção INCORRETA:

- A) Se for constatado que o particular concorreu para o ilícito praticado por agente público ou teve conhecimento de origem ilícita do benefício auferido, ficará sujeito à sanções previstas na Lei nº 8.429/92.
- B) Não havendo participação do agente público, não há se falar em aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.
- C) Nas hipóteses em que particulares concorrem para a prática de ato de improbidade, eles “são equiparados aos agentes públicos para o fim de melhor resguardar o destino atribuído à receita de origem pública, estando passíveis de sofrer as mesmas sanções a estes cominadas e que estejam em conformidade com a peculiaridade de não possuírem vínculo com o poder público”.
- D) Nenhuma das alternativas anteriores.

22. Julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção que contém a quantidade de alternativas CORRETAS:

- I. Parceria público-privada é o contrato administrativo de permissão de uso, na modalidade patrocinada ou administrativa.
 - II. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência, tomada de preços, e convite, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas primeiras modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como: carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
 - III. Em consonância com o Princípio da Modicidade, o serviço público deve ser prestado da forma mais barata possível, de acordo com a tarifa mínima.
 - IV. Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- A) Apenas um item está correto.
 - B) Apenas dois itens estão corretos.
 - C) Apenas três itens estão corretos.
 - D) Todos os itens estão corretos.

23. Acerca do tema Responsabilidade Extracontratual do Estado, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa INCORRETA:



- A) Quando o Estado assume a guarda de coisas ou pessoas perigosas, Ele assume o risco e, por conseguinte, responderá segundo esta ótica. A título ilustrativo, quando da construção de um presídio, o Estado assume o risco de quem está dentro, mas também de quem se encontra fora.
- B) Os pressupostos para configuração da responsabilidade extracontratual do Estado são: ação ou omissão imputável ao Estado, relação de causalidade e dano.
- C) Agente Público é toda e qualquer pessoa que, mesmo de maneira transitória, executa função pública.
- D) Os atos contrários à lei praticados pelos funcionários podem ser considerados atos do Estado, devendo ser a este atribuído.

24. Marque a alternativa INCORRETA de acordo com o Código Civil Brasileiro:

- A) O erro é substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais, concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante e sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- B) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- C) Prescreve em cinco anos a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- D) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

25. Quanto aos efeitos da posse, assinale a opção CORRETA:

- A) O possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.
- B) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, mas não poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.
- C) Os frutos civis reputam-se colhidos e percebidos, logo que são separados; os naturais e industriais reputam-se percebidos dia por dia.
- D) O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, podendo ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.



26. Sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, assinale a alternativa CORRETA:

- A) No Plebiscito, o Congresso Nacional discute e aprova inicialmente uma lei e a partir daí os cidadãos serão convocados para concordar ou não com a nova legislação.
- B) No Referendo, a população é convocada para dar sua opinião sobre o tema posto em debate antes mesmo que tenha sido proposta qualquer medida.
- C) Na Iniciativa Popular de Lei, os eleitores podem apresentar ao Congresso Nacional projetos, desde que reúnam assinatura de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado nacional, localizado em pelo menos 3 (três) estados brasileiros.
- D) Nenhuma das assertivas está correta.

27. Leia atentamente as assertivas abaixo e marque a que contiver uma alternativa INCORRETA:

- A) A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- B) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgar.
- C) Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- D) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

28. Acerca do tema controle de constitucionalidade, marque a assertiva CORRETA:

- A) A Ação Civil Pública serve para obtenção da declaração de inconstitucionalidade com efeitos *erga omnes*.
- B) O único controle de constitucionalidade de lei e de ato normativo municipal em face da Constituição Federal que se admite é o difuso, exercido *incidenter tantum*, por todos os órgãos do Poder Judiciário, quando do julgamento de cada caso concreto.
- C) O sistema constitucional brasileiro admite o controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal; até mesmo perante o Supremo Tribunal Federal, uma vez que este tem como competência precípua a guarda da Constituição.
- D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

29. De acordo com a Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falência), poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- A) Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes, não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial e não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.
- B) Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes, não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, e não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial.
- C) Não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes, não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial e não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.
- D) Não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial, não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial e não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

30. Nos termos do Código Tributário Municipal, assinale a opção INCORRETA:

- A) A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso, atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- B) A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- C) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
- D) A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.



31. De acordo com o art. 741, do Código de Processo Civil, assinale a opção que não contém uma das matérias que podem ser alegadas em Embargos à Execução contra a Fazenda Pública:

- A) Falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia.
- B) Incompetência do juízo do processo principal, bem como suspeição ou impedimento do juiz.
- C) Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença.
- D) Inexigibilidade do título e ilegitimidades de partes.

32. De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, analise as assertivas abaixo e marque a opção INCORRETA:

- A) Suspende-se o processo quando a sentença de mérito tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente.
- B) Feita a denúncia pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- C) A oposição, oferecida depois da audiência, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
- D) Ressalvados os advogados que se sujeitam exclusivamente aos estatutos da OAB, a violação do dever de cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final, constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa; não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado.

33. Acerca do processo cautelar, marque a alternativa CORRETA:

- A) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- B) O indeferimento da medida cautelar obsta a que a parte intente a ação.
- C) O prazo para apresentação de defesa no processo cautelar terá início no primeiro dia útil seguinte ao recebimento da citação.
- D) É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificção prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

34. Analise as proposições abaixo e, em seguida marque a alternativa que contém o número de itens FALSOS:

- I. Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese; só os bens que se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca.
- II. O credor pignoratício tem direito a promover a venda antecipada, mediante prévia autorização judicial, sempre que haja receio fundado de que a coisa empenhada se perca ou deteriore, devendo o preço ser depositado. O dono da coisa empenhada pode impedir a venda antecipada, substituindo-a, ou oferecendo outra garantia real idônea.
- III. É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado. Não poderá ser convencionado o vencimento do crédito hipotecário, quando da alienação do imóvel.
- IV. É permitido estipular que os frutos e rendimentos do imóvel sejam percebidos pelo credor à conta de juros, mas se o seu valor ultrapassar a taxa máxima permitida em lei para as operações financeiras, o remanescente será imputado ao capital.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4

35. Analise as proposições abaixo e marque V para Verdadeiro e F para FALSO:

- () Na execução fiscal, a citação será feita preferencialmente por meio de oficial de justiça, se a Fazenda Pública não a requerer de outra forma.
- () De acordo com a Lei de Ação Popular, para fins de competência, equiparam-se atos da União, do Distrito Federal, do Estado ou dos Municípios os atos das pessoas criadas ou mantidas por essas pessoas jurídicas de direito público, bem como os atos das sociedades de que elas sejam acionistas e os das pessoas ou entidades por elas subvencionadas ou em relação às quais tenham interesse patrimonial.
- () Os embargos na ação monitória independem de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário.
- () O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

- A) F, V, F, V
- B) V, F, V, F
- C) F, V, V, V
- D) V, F, V, V



36. Acerca do crime de Abuso de Autoridade, assinale a opção INCORRETA:

- A) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada somente a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no estado da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- B) Apresentada ao Ministério Público a representação da vítima, aquele, no prazo de quarenta e oito horas, denunciará o réu, desde que o fato narrado constitua abuso de autoridade, e requererá ao Juiz a sua citação, e, bem assim, a designação de audiência de instrução e julgamento.
- C) Simultaneamente com a representação dirigida à autoridade administrativa ou independentemente dela, poderá ser promovida pela vítima do abuso, a responsabilidade civil ou penal ou ambas, da autoridade culpada.
- D) Constitui abuso de autoridade qualquer atentado à liberdade de locomoção, à inviolabilidade do domicílio, ao sigilo da correspondência, à liberdade de consciência e de religião, à liberdade de associação, aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto, ao direito de reunião, à incolumidade física do indivíduo e aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.

37. Acerca do tema Ação Penal, assinale a opção INCORRETA:

- A) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou tio.
- C) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- D) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

38. Dentre as opções abaixo, qual NÃO representa um princípio e objetivo da Previdência Social:

- A) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
- B) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- C) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.
- D) Equidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

39. João, caçador, encontrava-se à noite em uma selva muito densa quando, de repente, avista um vulto vindo em sua direção, prontamente dispara sua espingarda em direção ao que na sua suposição seria um animal feroz, atingindo a sua mira. Todavia, ao verificar que animal teria atingido, constata que, na verdade, se tratava de um caçador que passava pelo local, tendo-lhe lesionado. A conduta do caçador configura:

- A) Erro de tipo essencial escusável, respondendo o caçador pelo delito de lesão corporal culposa.
- B) Erro sobre a pessoa, não isentando o caçador de pena.
- C) Erro de tipo essencial escusável, que exclui o dolo e a culpa, não respondendo o caçador pelo delito de lesão corporal.
- D) *Aberratio ictus*.

40. Analise as alternativas abaixo e marque a CORRETA:

- A) A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de oitenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.
- B) Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir no mesmo tipo de crime.
- C) A reabilitação poderá ser requerida, decorridos 2 (dois) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado: tenha tido domicílio no País no prazo acima referido, tenha dado, durante esse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado e tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer, até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.
- D) A desinternação, ou a liberação, será sempre condicional devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de 6 (seis) meses, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

41. Nos termos do art. 482, da CLT, assinale a opção que NÃO contém uma hipótese de justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- A) Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
- B) Violação de segredo da empresa.
- C) Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço.
- D) Nenhuma das hipóteses anteriores.



42. Em consonância com as disposições da Constituição Federal, acerca dos Impostos do Municípios, aponte a alternativa INCORRETA:

- A) Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU), transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição e serviços de qualquer natureza (ISS).
- B) O imposto de transmissão *inter vivos* incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- C) O IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- D) Com relação ao ISS, cabe à lei complementar regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

43. Sobre a Ação Anulatória Fiscal, marque a proposição CORRETA:

- A) A ação executiva fiscal em curso impede a propositura de ação desconstitutiva pelo executado.
- B) A ação anulatória fiscal é um instrumento valioso para o operador do direito, pois permite o questionamento de ato administrativo de constituição de crédito.
- C) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a regra geral é a de que o prazo prescricional adotado na ação declaratória de nulidade de lançamentos tributários é quinquenal, contado a partir da notificação fiscal do ato administrativo do lançamento.
- D) A ação anulatória fiscal pode ser ajuizada pelo contribuinte contra o Poder Público tendo como pressuposto a preexistência de um lançamento fiscal cuja anulação se pretenda pela procedência da ação desconstituindo-o.

44. De acordo com a CLT, marque a alternativa CORRETA:

- A) O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais.
- B) Na cessação do contrato de trabalho, apenas por justa causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.
- C) O abono de férias deverá ser requerido até 10 (dez) dias antes do término do período aquisitivo.
- D) Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.

45. De acordo com as disposições constitucionais acerca da Previdência Social, assinale a opção INCORRETA:

- A) Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
- B) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- C) Lei complementar disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.
- D) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

46. Nos termos da Lei nº 8.212/90, marque a alternativa que NÃO contém um segurado obrigatório da Previdência Social:

- A) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- B) O brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.
- C) Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
- D) O maior de 14 (quatorze) anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social.

47. Sobre as regras do Direito do Trabalho, aponte a opção INCORRETA:

- A) As normas e condições de trabalho previstas em convenções coletivas acumulam-se com as das leis; adquirindo força derogatória da lei apenas quando esta permitir, em face do princípio da primazia da ordem pública social e da necessidade de tutela geral do trabalhador.
- B) Quando da assinatura do contrato de trabalho, se as partes ficarem silentes quanto ao prazo, o contrato será tido como assinado pelo prazo de 1 (um) ano.
- C) Em atenção ao princípio da condição mais benéfica, em uma mesma relação de emprego uma vantagem já conquistada não deve ser reduzida.
- D) Denúncia é o ato pelo qual uma das partes da relação de emprego científica a outra da sua decisão de não mais continuar cumprindo com os termos da obrigação estipulada.



48. Nos termos do art. 73, da Lei nº 9.504/97, acerca das condutas vedadas, analise as proposições abaixo:

- I. É conduta vedada fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
- II. É conduta vedada apenas no último mês que antecede o pleito realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.
- III. Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.
- IV. É proibido ao agente público realizar, nos três meses que antecedem às eleições, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

Agora assinale a opção que contém o número proposições FALSAS:

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4

49. De acordo com a Lei nº 4.320/64, marque a opção INCORRETA:

- A) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- B) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- C) Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- D) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um biênio.

50. São inelegíveis para qualquer cargo, nos termos da Lei Complementar nº 64/90, EXCETO:

- A) O Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos.
- B) Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes.
- C) Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.
- D) Os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos.

51. Acerca das nulidades no processo do trabalho, assinale a opção INCORRETA:

- A) A nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato ou quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- B) A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.
- C) Qualquer nulidade pode ser declarada sem a provocação das partes.
- D) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

52. Sobre os recursos no processo do trabalho, marque a opção INCORRETA:

- A) Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
- B) É cabível recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 10 (dez) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.
- C) Da decisão denegatória dos embargos caberá agravo, no prazo de 8 (oito) dias.
- D) O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.



53. Nos termos da Resolução nº 1/86, do CONAMA, Impacto Ambiental significa:

- A) Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e a qualidade dos recursos naturais.
- B) Qualquer alteração das propriedades químicas e biológicas do meio ambiente, que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e a qualidade dos recursos naturais.
- C) Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que, apenas indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e a qualidade dos recursos naturais.
- D) Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que apenas diretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e a qualidade dos recursos naturais.

54. Analise as assertivas:

- I. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- II. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos três subsequentes.
- III. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Agora assinale a opção CORRETA:

- A) Apenas o item I é Verdadeiro.
- B) Apenas o item II é Falso.
- C) Apenas o item II é Verdadeiro.
- D) Apenas o item III é Falso.

55. O princípio que tem por fim imputar a responsabilidade do dano ambiental ao poluidor, para que este suporte os custos decorrentes da poluição ambiental, e, assim, evitar a impunidade daqueles que praticam algum tipo de lesão ao meio ambiente, passíveis de sanção pela legislação ambiental e o:

- A) Da precaução.
- B) Da participação.
- C) Da cooperação.
- D) Do poluidor-pagador.

56. As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento destinadas a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são chamadas de:

- A) Créditos Adicionais Especiais.
- B) Créditos Adicionais Extraordinários.
- C) Créditos Adicionais Suplementares.
- D) Crédito Adicionais Complementares.

57. São inelegíveis para Prefeito e Vice-Prefeito, em obediência aos ditames da Lei Complementar nº 64/90:

- A) No que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização.
- B) Os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos 3 (meses) meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais.
- C) As autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito.
- D) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

58. Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia, configura o crime de:

- A) Contratação de operação de crédito.
- B) Oferta pública ou colocação de títulos no mercado.
- C) Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.
- D) Ordenação de despesa não autorizada.

59. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo:

- A) Advocacia Administrativa.
- B) Excesso de exação.
- C) Prevaricação.
- D) Condescendência criminosa.

60. Assinale a opção que NÃO contém uma ação de competência da Justiça do Trabalho:

- A) As ações que envolvam exercício do direito de greve.
- B) As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- C) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- D) Os conflitos de competência entre o superior tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.



PROVA DISCURSIVA

“**Prova Discursiva**, de caráter eliminatório e classificatório, composta por um parecer (mínimo de 35 e máximo de 50 linhas), avaliada da seguinte forma: parecer - 60 pontos, sendo eliminado do certame o candidato que não alcançar 60% do total de pontos dessa prova, a ser realizada simultaneamente com a prova objetiva e versando sobre o conteúdo programático relacionado no Anexo I do presente edital.

As provas escritas discursivas deverão ser feitas com caneta de tinta azul ou preta com grafia legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato, quando da correção pela banca examinadora, não sendo permitida a interferência e participação de outras pessoas, salvo no caso em que o candidato tenha solicitado condição especial para a realização das provas.

As provas escritas discursivas deverão ser manuscritas, não podendo ser assinadas, rubricadas, ou conter em outro local, que não o pré-estabelecido, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato sob pena de serem anuladas. A detecção de qualquer marca apontada no espaço destinado à transcrição do texto acarretará a anulação das provas e a consequente eliminação do candidato do Concurso.

Durante as provas, não serão permitidas consultas e nem oferecidas folhas adicionais para rascunho. Ao final das provas, o candidato deverá entregar o Caderno da Prova Discursiva e as folhas de rascunho ao fiscal da sala.”



PARECER

O Município de Itauçu necessita contratar escritório de advocacia especializado em defesa de causas judiciais no âmbito dos Tribunais Superiores, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, para atuação urgente e imediata em demandas específicas, relevantes e vitais que lá tramitam, as quais necessitam de acompanhamento específico e especial tendo em vista a sua alta complexidade. Para tanto, elaborou consulta à sua Procuradoria Municipal acerca da viabilidade de tal contratação, de acordo com a Constituição Federal e Lei nº 8.666/93.

Você, como Procurador do Município de Itauçu, conhecedor de que o Município possui quadro próprio de procuradores, deverá elaborar o Parecer com vistas a subsidiar o Prefeito na contratação em questão, analisando se esta poderá ocorrer à luz da lei, da Constituição Federal e dos princípios atinentes à matéria.

1

5

10

15

20

25

RASCUNHO



26

30

35

40

45

50

RASCUNHO